

Comissão Especializada Permanente

Saúde Habitação e Ação Social

5ª Comissão

Ata nº 38/XIII-4º/2024/25

Aos cinco dias do mês de novembro de 2024 pelas 15.00 horas, na sede da Assembleia Municipal de Almada, sita no largo 5 de Outubro, nº 34 na Cova da Piedade realizou-se a trigésima oitava reunião da comissão especializada permanente de Saúde, Habitação e Ação Social.

Antes da reunião, perante a impossibilidade de comparência da Presidente da 5ª comissão Ana Luísa Rodrigues e da secretária da comissão Margarida Paulos, foi proposto por email pela CDU, que a função de presidente em substituição da deputada Luísa Rodrigues, fosse assumida pelo deputado Luís Palma, e a função de secretário pelo deputado José Rocha, em substituição da deputada Margarida Paulos. A proposta não teve qualquer oposição por parte dos deputados e deputadas das várias forças políticas que compõem a 5ª comissão, dando-se assim início à reunião com a presença dos seguintes eleitos:

- José Joaquim Leitão, Ana Paula Silva, Henrique Margarido, Maria de Assis, Luís Palma, Rita Magalhães, João Galdes, António Salgueiro, José Rocha, Nuno Mendes, António Maco e o presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, José Ricardo.

Estiveram presentes em representação do IHRU: a Dra. Marta Santos e Dr. Frederico Freitas.

O Presidente em substituição Luís Palma após cumprimentar e agradecer a presença dos dois representantes do IHRU, pede opinião aos presentes sobre qual a melhor metodologia para início de reunião, ficando decidido que os membros da comissão colocariam numa primeira ronda as questões que entendessem pertinentes, seguidas das respostas por parte do IHRU.

- A Deputada Rita Magalhães na sua primeira intervenção, começa por lamentar em tom de crítica, tão tardia resposta por parte do IHRU às solicitações de reunião.

- Fala sobre o péssimo estado em que se encontra o parque habitacional público, referindo-se particularmente aos elevadores com os consequentes constrangimentos e dificuldades para os moradores resultantes do abandono e da falta de manutenção ao longo de anos.

- Questiona sobre o acordo entre o IHRU e a Câmara sobre manutenção e limpeza dos espaços exteriores.

Continua questionando os técnicos presentes do IHRU, tendo em conta a já referida falta de manutenção e a contínua deterioração do parque habitacional público, quais os planos efetivos para solucionar os inúmeros problemas existentes.

Coloca ainda a questão sobre as alternativas de realojamento para as famílias que residem no Bairro Penajoia.

- Pedindo a palavra para um breve esclarecimento, a dra. Marta Santos admite não estar preparada para responder algumas das questões colocadas, mostrando toda a disponibilidade para transmitir ao presidente da direção todas as questões para as quais não estariam preparados

para responder, avançando com a sugestão uma outra reunião onde pudessem facultar toda a informação.

- O deputado José Rocha começa salientar na sua intervenção que enquanto deputados eleitos no concelho de Almada, o que precisamos é de respostas relativamente à situação das pessoas em concreto, as famílias que residem no Bairro Penajoia, precisam que lhes garantam acesso a uma habitação digna com rendas que consigam suportar, quando falamos com os moradores o que ouvimos são referências à total ausência e silêncio por parte do IHRU, ignorando os sucessivos pedidos de informação dos moradores e das associações envolvidas neste processo, e pergunta, se tendo em conta a necessidade urgente de resolver a situação, se a melhor forma não seria manter diálogo e promover relação de confiança com a comunidade. questiona também sobre a existência de planos em concreto, relativamente ao terreno onde se situa o bairro.

Relativamente às pessoas que receberam os editais de despejo, podemos aceitar a complexidade do tema e a inevitabilidade da formalização da ordem despejo, o que se questiona é o que vai ser daquelas famílias, é importante referir que grande parte dessas pessoas, trabalham tem o seu salários, mas não têm acesso ao mercado de arrendamento, e o que perguntamos é se vão encontrar alternativas para essas pessoas ou vão simplesmente permitir que essas famílias, algumas com crianças, fique a viver na rua, e são essas as respostas que as queremos.

- O deputado Henrique Margarido coloca na sua intervenção várias questões começando por questionar relativamente ao bairro Penajoia, se as pessoas que ali residem estão devidamente identificadas, qual a articulação com a Câmara neste processo.

Relativamente ao parque do IHRU, Qual o número de casas ocupadas ilegalmente, e o que é que se perspectiva fazer para impedir novas construções e o crescimento deste bairro.

- Seguindo a metodologia acordada, o presidente da comissão, Luís Palma, solicita uso da palavra aos representantes do IHRU para responder ao conjunto de perguntas colocadas nas primeiras três intervenções.

- A Dra. Marta Santos opta por iniciar a sua intervenção, com uma parte introdutória, facultando alguma informação. relativamente ao número de fogos no parque habitacional do IHRU em Almada, são um total de 2650, estando 2315 do referido número de fogos identificados como habitacionais e 395 não habitacionais, existem muito poucos condomínios, apenas 18. Refere o facto do Bairro Amarelo ser o maior a nível nacional o que, palavras suas, coloca inúmeros desafios, mas também oportunidades.

Continua acrescentando que algumas casas foram atribuídas no âmbito do programa arrendar para subarrendar, mas o grosso das casas do parque do IHRU, estão em regime de habitação social, estando a maior parte localizada no concelho de Almada.

Referindo-se à tipologia, diz que a maioria são T3.

Informa que são 71 o número de casas ocupadas indevidamente e que cerca de 50 aguardam reabilitação, reconhecendo que as casas atribuídas de janeiro a maio foram de facto muito poucas e muito menos do que seria desejável.

Assegura que o objetivo é avançar para a reabilitação das casas que estão vagas, condicionados pelas muitas burocracias, que tornam o processo moroso, e dificultam muito o trabalho no terreno, ainda assim, estimam que no decorrer do próximo ano de 2025, o projeto de reabilitação seja concretizado, tentando desta forma mitigar a dificuldade de acesso à habitação.

Relativamente ao Bairro Penajoia, assegura que irão reunir com os moradores e associações amanhã, (07 nov.) salientando a importância de um levantamento em concreto, tal como acordado anteriormente, quer com os moradores, quer com as associações envolvidas no processo, sendo essa a única forma de saber o número de pessoas e o número de casas a ser atribuídas.

Reconhece que será muito difícil para o IHRU avançar para a solução dos muitos problemas que existem nestes bairros, sem a colaboração dos órgãos políticos locais, para além das associações e moradores.

Uma das preocupações relativamente ao Penajoia, prende-se com a acumulação frequente de lixo naqueles terrenos. Referindo-se concretamente aos elevadores, admite que é um problema que se arrasta há muitos anos, os planos existem, são necessárias intervenções de fundo, garantindo que o parque habitacional em Almada terá prioridade, tendo em conta não só o número de casas, mas também pelos muitos problemas de vária ordem que precisam de solução urgente.

Como consequência da falta de manutenção ao longo de anos, é necessária uma intervenção de fundo em todo o parque habitacional público, a questão é se o fazemos casa a casa, ou avançamos para uma intervenção mais profunda em todo o parque.

Também em representação do IHRU, o Dr. Frederico Freitas, em resposta a uma das questões colocadas pelos deputados, diz estar contemplado nas obras de reabilitação, estando já a intervir em caixilharia.

Relativamente à questão dos despejos, diz que são casas ocupadas ilegalmente por pessoas que nunca contactaram o IHRU. Embora reconhecendo a fragilidade social e económica destas pessoas, a ocupação não deixa de ser ilegal, perante esta ilegalidade o tribunal ordena ao IHRU que efetive os despejos a todo o custo, o IHRU antes de efetuar os despejos, pede a presença da assistência Social que normalmente não aparecem, o que implica adiar frequentemente as situações por falta de alternativas.

Confirma que a Câmara não recebeu qualquer notificação relativamente às ordens de despejos no Monte da Caparica, muitas das casas são habitadas por pessoas desconhecidas, nenhuma das pessoas estava inscrito no arrendamento apoiado.

Reconhece a importância do contacto e interação com a Santa Casa, bem como a constante articulação com as várias associações que desenvolvem um trabalho de proximidade no terreno com as populações, com papel importante nas campanhas de sensibilização, admitindo a falta de capacidade do IHRU para o fazer.

Ainda assim, a capacidade de resposta fica muito aquém do desejável para os moradores.

- O deputado Nuno Mendes começa a sua intervenção com um reparo relativamente ao lixo, diz que grande parte deve-se ao abate dos canaviais que não foi removido e, considerando ainda que esta intervenção abriu espaço para o crescimento de habitações ilegais no Penajoia, questiona porque não foram tomadas medidas para impedir o crescimento destes bairros e como é que se permite que se encontrem edifícios a cair aos poucos há mais de quatro anos.

Termina questionando se existe algum sistema de rotatividade nas habitações sociais e fiscalização que permita ter o controle sobre quem já tem acesso ao mercado de arrendamento.

- O deputado António Maco: começa com um elogio e uma crítica, reconhece o trabalho que está a ser feito pelo IHRU para tentar resolver os problemas e critica a demora na resposta às várias solicitações de reunião com a 5ª comissão.

Relativamente ao bairro Penajoia, coloca como primeira questão: onde estava o IHRU quando a construção começou a crescer e se nunca tiveram conhecimento do que estava a acontecer.

Pergunta se houve diálogo com a Câmara para pôr cobro às situações de despejo. Critica a falta de fiscalização e intervenção nestes bairros e tendo em conta a crise de habitação no nosso concelho, não se compreendem as políticas adotadas. Têm que ser assacadas responsabilidades e o IHRU não está isento. Termina a sua intervenção, que este é um problema que tem que ser encarado com seriedade e encontradas soluções para as pessoas não sejam penalizadas.

- No uso da palavra, a deputada Maria de Assis faz questão de frisar que têm acompanhado a situação com trabalho no terreno em parceria com os órgãos e associações locais, acrescenta o Valdeão como mais um exemplo do estado de deterioração em que se encontram as habitações destes bairros, assegura que foi alertando relativamente ao que estava a acontecer no Penajoia, fizeram com a colaboração dos moradores a limpeza do bairro que envolveram custos, estão a tentar junto da Câmara encontrar mecanismos que permitam melhorar as condições de higiene no bairro e considera contraproducente a forma como foi feita a devastação do canaviais. Termina informado que vivem no Penajoia pessoas com formação, disponíveis para colaborar e ajudar a encontrar soluções.

- Por parte da direção do IHRU a Dra. Marta Santos informa que está no cargo desde abril, assume não ter condições para responder às questões que lhes foram colocadas pelos membros da comissão, reforçando a sua disponibilidade para enviar ao presidente da direção e prestar posteriormente os devidos esclarecimentos.

- A deputada Maria de Assis coloca uma questão que considera relevante e que tem a ver com os mais de 500 fogos em construção que vai implicar um aumento significativo de população, é importante precaver em articulação com a Câmara, as infraestruturas necessárias para dar resposta ao aumento previsto, cerca de 15 mil pessoas.

- O deputado João Geraldes inicia sua intervenção dizendo que somos um órgão político e é sobretudo nesse âmbito que colocamos as questões para as quais pedimos respostas, deixando como nota, o facto de estarmos perante realidades distintas, uns políticos e outros técnicos, que por isso não estavam a falar a mesma linguagem.

Diz também registar com agrado, o reconhecimento por parte do IHRU que nada se faz sem colaboração e articulação entre os órgãos políticos a quem compete encontrar soluções, acrescenta que o protocolo com a Câmara para os espaços exteriores ainda está em vigor e, portanto, mantém-se.

Bairros como o Penajoia aparecem porque as pessoas não têm alternativa e isto é dramático, é preciso resolver os problemas das pessoas e isso só se consegue com vontade política. Termina a sua intervenção saudando a vontade demonstrada para avançar com soluções.

- Marta Santos refere que o objetivo da equipa de gestão local, é fazer o melhor com os meios que dispõem, confirmando que colocará as questões ao conselho diretivo e reiterando total disponibilidade para colaborar.

- Frederico Freitas intervém para confirmar a existência do protocolo para os espaços exteriores, para os bairros amarelo, rosa e branco.

- Marta Santos intervém para sugerir uma visita conjunta com a CMA e a União de Freguesias.

- No uso da palavra o deputado António Salgueiro começa por referir a negociações entre o IHRU e a CMA, pela responsabilização relativamente a algumas ocorrências, assegura que se mantém em vigor o protocolo relativamente à limpeza dos espaços verdes exteriores, diz também não compreender permitir que alguns dos edifícios chegassem ao estado em que se encontram.

O presidente em substituição Luís Palma dá por concluída a reunião.